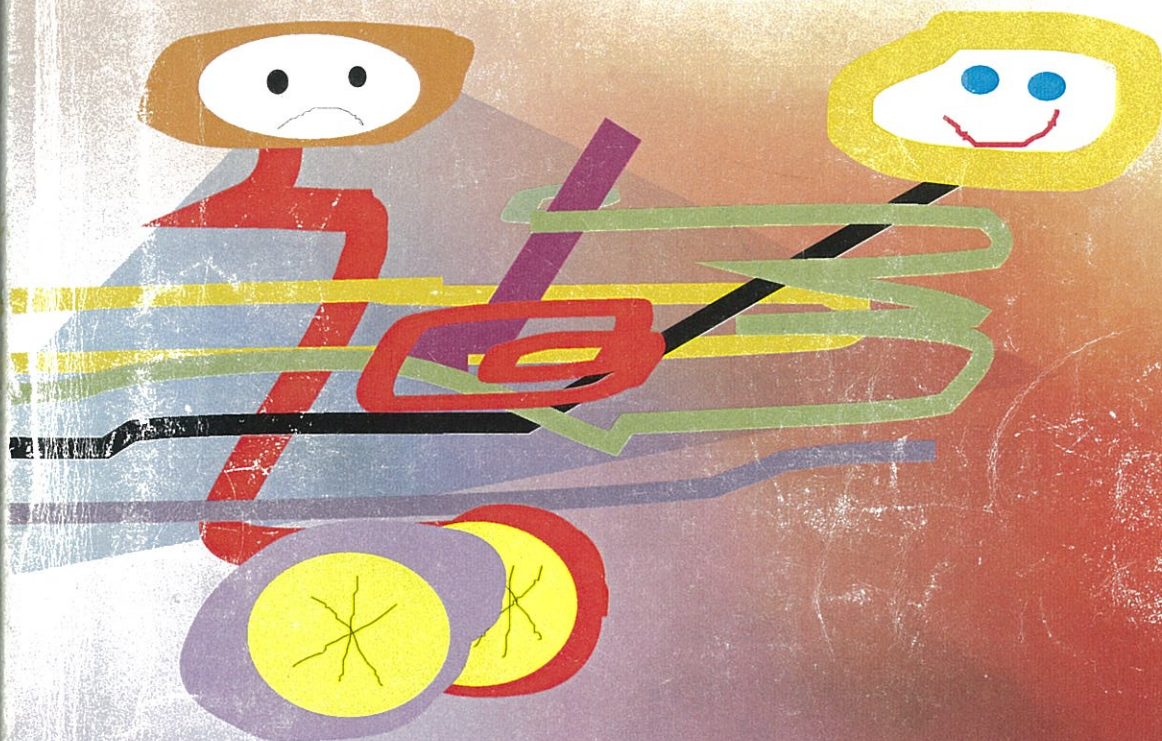


11421

# EDUCARE

Ano VIII - Nº 13 - Dezembro de 2002 EDUCERE

ISSN nº 0873-0504



## 1º CICLO E.B.:

### CAMINHOS, ATALHOS E TRABALHOS



Revista da Escola Superior de Educação de Castelo Branco

## A EDUCAÇÃO POPULAR E A LITERATURA INFANTIL NA 1.ª REPÚBLICA.

*Ernesto Candeias Martins \**

### ABSTRACT

From time to time new pedagogical ideas, legislation, educators and institutions come out with the purpose of bringing up children. The First republic (1910-1926) was rich in ideas and educational regulations that were never put into practice. The author gives an eclectic view of public instruction (elementary instruction) since the end of the Monarchy till the end of the First Republic, approaching children in press and literature in that period of time. The evolution of teaching and public (mass) learning, before and after the implementation of the Republic had further consequences in primary and nursery teaching/learning.

### RESUMO

Em cada época surgem ideias pedagógicas, legislações, educadores e instituições destinadas a educar as crianças, que em certos momentos históricos foram tão esquecidas. A 1.ª República (1910-1926) foi rica em ideias e normativas legislativas. Muitas delas ficaram no papel. O autor dá uma visão sintética da educação popular (instrução elementar), desde os finais da Monarquia até finais da 1.ª República, abordando ainda, a criança na imprensa e literatura infantil nesse arco histórico. A evolução do ensino e da educação popular, antes e depois da implantação da República, tiveram consequências posteriores no ensino infantil e primário.

*“As crianças, esses passaritos ligeiros de chilrear alegre e festival,  
essa primavera ondeante de verduras que nos dizem esperança teem  
(sic) o poder maravilhoso de fascinar a nossa alma, (...); teem a força  
irresistível de nos reconciliar com o mundo.” (Marquesa Pomares, 1906: 49)*

0. Olhar o passado para ver a História da Criança implica conhecer os flagelos e as dificuldades por que ela passou até ser compreendida pelos adultos. Historicamente a criança foi objecto de submissão e intimidação. A sua inferioridade física e a imaturidade psíquica levaram os adultos a considerá-la socialmente como dominável, receptora de uma doutrina passiva. Os educadores e os pedagogos escreveram muito sobre a educação e a instrução da criança e pouco ou nada escreveram sobre os seus direitos, apesar de muitos deles os aplicarem na prática educativa.

Na verdade as crianças nem sempre receberam da Humanidade o amparo, o carinho e a educação que actualmente as rodeiam. Os gregos não souberam, a despeito da perfeição da sua cultura, servir e proteger a infância. Só com o advento do cristianismo, a criança recebeu a ‘consideração humana’, sendo um centro de interesses múltiplos. A influência cristã e do ‘*Emílio*’ de Rousseau vão impondo a doutrina da autonomia e da autenticidade da infância. Nesse período histórico a escola nem sempre cumpria os objectivos estabelecidos de alfabetização (veja-se foto nº.1), onde se pode ler a legenda “*não é por ir á escola que transformamos um burro em cavalo*”.

É certo que, em cada época surgiram ideias pedagógicas, legislações, educadores e

\* SubDirector da Escola Superior de Educação de Castelo Branco

instituições para educar e orientar as crianças, incluindo as crianças vadias, inadaptadas e delinquentes, mas com pouca efectividade na sua formação.

Na verdade, tudo parece indicar que, em Portugal, no século XIX e princípios do século XX, decorreram sem que, e salvo algumas excepções, os governos fizessem eco das reais preocupações com o desenvolvimento da educação, sobretudo, a educação popular, que, neste caso, poderíamos traduzir por escola primária. O caso republicano é de outra ordem.

A escolaridade 'laica, gratuita e obrigatória' fazia parte dos programas republicanos desde a década de 90 do século XIX, sendo depois confirmada no programa do Partido Republicano, em 1912. De facto os republicanos fazem parte de uma geração que descobre horrorizada, nos alvares do século XX, que o País tinha à volta de 25% a 30% de alfabetizados, acusando os monárquicos e a igreja desse desleixo, lançando-se, de acordo com a maçonaria, na criação de ligas, associações de combate ao analfabetismo, escolas móveis para levar as letras à província, assim como, criando centros e escolas de primeiras letras.

Chegados ao poder, os republicanos lançam o famoso Decreto de 29 de Março de 1911, e outra legislação complementar, as bases gerais de uma organização do ensino primário que contemplava a criação do 'ensino infantil' (pré-primário), e do ensino primário, que estava dividido em elementar, complementar e superior. Mantiveram obrigatória a frequência do ensino elementar, durante três anos, isentando de tal obrigatoriedade, todas as crianças que vivessem a mais de 2 km das referidas escolas, ou seja, as mesmas excepções em vigor na Monarquia Constitucional e que, na prática, dada a exiguidade da rede escolar portuguesa, que tornou a escolaridade obrigatória (legislada desde a década de 40 do século XIX).

Neste estudo abordaremos a educação popular na 1ª República, que tinha analogia com o discurso político no poder, constituindo uma área de investimento prioritário, devido ao quotidiano assustador a que as gerações jovens se encontravam entregues. Referiremos, também, a criança na literatura infantil. A maior parte dos contributos pedagógicos partiram de pedagogos republicanos, juristas, médicos, sindicalistas, psicopedagogos com ideias modernas, intentando demonstrar a importância do '*saber fazer*' para um poder '*ensinar a fazer*'.

O problema educativo no país apresentava, por um lado, um aspecto pedagógico que se referia ao tipo de orientação (moral, social e cívica) dada aos educandos e, por outro lado, um aspecto político-social de formação do cidadão, onde a escola seria o meio propício para esse tipo de ensino em liberdade e democracia, e reforçava a acção de protecção à infância. Esta evolução do ensino e da educação popular, antes e depois da implantação da República, teve consequências posteriores na evolução do ensino infantil e primário no Estado Novo..



Foto nº 1 - Bruegel (1520 - 1569) "O burro na Escola". (1556)  
A população holandesa tinha um bom nível de escolaridade quase sem analfabetismo.  
O pintor satiriza os métodos pedagógicos da escola e a ânsia do saber.

## 1. A Educação nos finais da Monarquia Constitucional

Em termos de História da Educação em Portugal destacamos no movimento renovador da ciência da educação no século XVIII, as figuras de Martinho Mendonça, com a sua obra "*Apontamento para a educação dum menino nobre*", inspirado em Rousseau e J. Locke, Jacob de Castro Sarmiento, Jacob Rodrigues Pereira (método de educação para surdo-mudos), Jerónimo Soares Barbosa e principalmente as ideias pedagógicas de Luis A. Verney (*'Verdadeiro Método de Estudar'*-1746) e Ribeiro Sanches (*'Cartas sobre a educação da mocidade'*-1760).

Fez-se expandir os ideais de uma educação popular (educação primária), sendo alguns aspectos incluídos na Reforma Pombalina do Ensino (1772) (D. António da Costa, 1870).

O liberalismo através da instrução pública, afirmou a necessidade de um ensino elementar para a regeneração do povo. A revolução liberal (1820) e a 'contra revolução' (1823) não promoveram as providências educativas necessárias, para melhorarem a educação do povo, apesar de algumas soluções pedagógicas, como o ensino liceal de Passos Manuel (1836) e Costa Cabral (1844), as escolas técnicas de Fontes Pereira de Melo (1860), as escolas do Conde Ferreira, a criação do Ministério de Instrução Pública (1870) por D. António da Costa, a lei da descentralização escolar de Rodrigues Sampaio (1878) ampliada na reforma por José Luciano (1881) e alterada pelas reformas e contra-reformas de 1894 (centralização escolar de João Franco) e de 1897, a reforma curricular liceal de Jaime Moniz (1895), as reformas do ensino de 1901 (obrigatoriedade escolar equivalente à 3.ª classe) e 1902 (Alves dos Santos, 1913: 32-41; Carreira, 1996: 156-173; Carvalho, 1986: 552-630).

Efectivamente a educação da criança foi muito descurada pela monarquia, apesar de se criarem nos finais do século XIX várias organizações e Associações Fraternalistas Operárias (barbeiros, sapateiros, artes, ...) (Edgar Rodrigues, 1977: 387-394), que ministravam aos trabalhadores e aos respectivos filhos, cursos nocturnos. A organização escolar deficiente, o número elevado de alunos para cada professor e a imposição de programas adoptados em escolas oficiais, provocavam o desinteresse e um fraco aproveitamento escolar (Mónica, 1982: 479-489). Este cenário levou Delfim Santos (1959: 17) a afirmar que: "*A criança portuguesa continua desconhecida e tristemente à mercê de uma pseudo-pedagogia imprópria e torturante, que não lhe facilita a aprendizagem nem lhe favorece o desenvolvimento.*"

Nos alvares do século XIX existiam poucos colégios particulares de ensino, e poucas escolas oficiais. Destacamos no liberalismo os contributos educativos significativos, entre outros, de Alexandre Herculano (Fernandes, 1978: 102-114) e as propostas de uma educação geral e eminentemente nacional do Visconde Almeida Garrett, expressas na sua obra "*Da Educação*" (1829). João de Deus Ramos (1915: 17-18), na seguinte citação, ilustra as intenções dessa educação nacional daquele escritor pedagogo:

"Eu tenho que nenhuma educação pode ser boa, se não fôr eminentemente nacional. Nem o próprio cidadão de Genebra (J.J.Rousseau) era capaz de educar bem um cidadão estrangeiro. Devemos examinar as escolas, estudar os sistemas de educação dos países mais civilizados, não para mandar a eles os nossos filhos - que não os queremos para franceses, ingleses, ou alemães, senão para portugueses (...) As viagens fazem parte da boa e nobre educação, mas só no fim e complemento dela; os rudimentos, as bases, hão-de ser nacionais".

A. Garrett propunha as bases de uma educação nacional que tivesse em conta as experiências pedagógicas do estrangeiro, mas adaptadas à cultura portuguesa. Apostava no progresso das ciências morais e da psicologia na educação da criança, a unidade e integralidade dessa educação (coeducação), a higiene social, a puerícia, a assistência às crianças pobres e

desvalidas ou desamparadas. (Foto nº2 - ilustra a casa do professor). Exigia, ainda, que as mães educassem os seus filhos até à segunda infância e insistia na necessidade da ginástica higiénica e dos exercícios ao ar livre. O autor de *“Da Educação”*, ao referir-se à criança e ao ensino primário, definia a educação como a arte de formar homens (Ramos, 1915: 6-7):

*“(…) Não sou grande apaixonado dum método de ensino que ultimamente tem prevalecido pela Europa e que tanto recomendou Mme Genlis. Falo do ensino primário por meio de brincos e bonitos (...) Há uns jogos para fazer conhecer e ligar as letras e as sílabas, folgando (...) com tais brincos em estampas se deve ir ensinando a zoologia e botânica vulgares, sem mais ideias de classes, géneros ou espécies que a de ir fazendo notar pontos de semelhança ...”*

A previsão de Garrett de ensinar em simultâneo as primeiras letras com estampas de zoologia e botânica esboçava as ideias naturistas de Rousseau, Pestalozzi e Fröebel, isto é, o ensino intuitivo das coisas (Machado, 1993: 67-104). É que a infância portuguesa, antes de entrar na escola vivia abandonada espiritualmente, incompreendida pelos pais e pelos governos, devido a não haver jardins-escola, e pela má qualidade do ensino primário (Carvalho, 1986: 534).

De facto, a irradiação do analfabetismo, o ensino elementar e os problemas da infância desvalida chamaram a atenção de muitos pedagogos, entre eles F. Castilho, João de Deus, F. Adolfo Coelho, Padre António de Oliveira, Faria de Vasconcelos, etc.

Por exemplo, A. Feliciano de Castilho conseguiu nos Açores, promover para o ensino primário, o ‘método repentino de leitura’ (influência de Lemare) para uma melhor aprendizagem da leitura e escrita das crianças. Criou a Sociedade dos Amigos das Letras e Artes, e as escolas rurais e urbanas, que eram regidas por mancebos patriotas que ensinavam as crianças necessitadas (Carreira, 1996: 160; Costa, 1935: 205-215; Gomes, 1980: 239-245).

A partir da Reforma do Ensino e da criação do Ministério da Instrução Pública em 1870, houve entre outras medidas educativas de impacto na reeducação e de reforma nos recolhimentos de educação e de ensino profissional (agrícola e industrial) e criaram bibliotecas populares. (Costa, 1935: 219-229, 263-312), num país que tinha 2.300 escolas, das quais 350 eram do sexo feminino. Nesta tentativa de descentralização do ensino primário, em que as Câmaras Municipais e as Juntas Paroquiais eram as responsáveis da rede escolar, divulgou-se os métodos de ensino, através de Conferências Pedagógicas dos professores, privilegiando a educação física, intelectual e moral dos 7 aos 14 anos. A situação aflitiva da formação dos professores, a falta de inspeção escolar, de higiene escolar, a rotina no ensino, a ignorância pelas ideias da pedagogia moderna, desprestigiar a escola do povo, como veículo de progresso social e económico, e principalmente, a gestão económica.

Ao longo da Monarquia Constitucional até 1910, a expansão do ensino primário pertenceu às classes urbanizadas, à pequena burguesia e ao operariado, quer pelas associações mutualistas (Sociedade Promotora de Educação Popular, a *‘Voz do Operário’*, etc.), quer através de cursos móveis para crianças e adultos. Merecem menção especial as tentativas de obrigaçã escolar (3 anos) para superar a pobreza das populações, a acção das Comissões de Beneficência e Ensino para obter recursos para as crianças mendigas, indigentes e desvalidas em idade escolar, a melhoria da organização pedagógica e da assistência escolar, a criação do Asilo Infantil da Horta, a liberdade no ensino e as Conferências Pedagógicas dos professores sobre os problemas da instrução, a criação em Lisboa do primeiro Jardim de Infância para crianças dos 3 aos 6 anos pelo método Fröebel, etc.

Nesse período histórico, uma das medidas importantes de alfabetização foi a Associação das Escolas Móveis por Casimiro Freire (1882), para difundir o método de leitura de João de



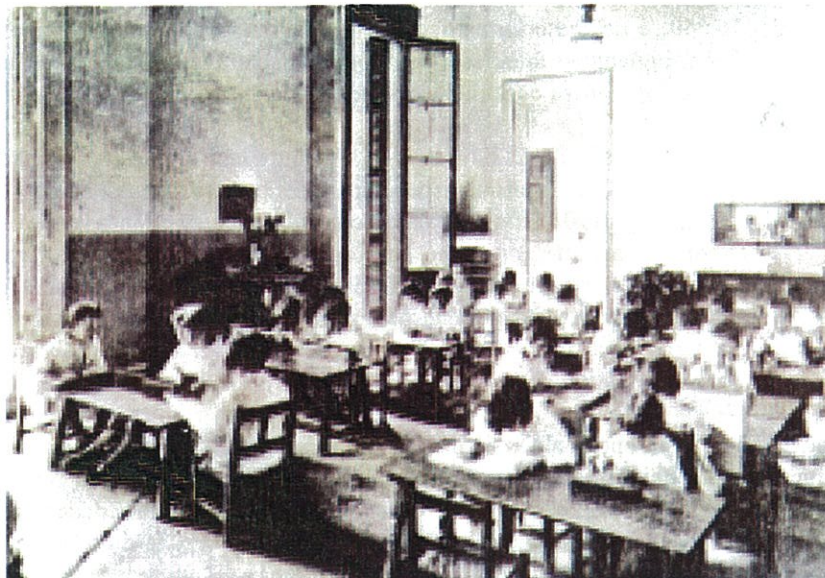


Foto nº3 - Sala de aula do ensino elementar numa escola oficial, no início do séc. XX.



Foto nº4 - Selo Comemorativo dos direitos da criança.

## 2.A realidade da instrução na 1ª República

Mesmo tendo baixado em 1910 a taxa de analfabetismo (maiores de 7 anos) à volta de 75,1% analfabetos, o país possuía 5.552 escolas primárias, frequentadas apenas por 22,7% das crianças em idade escolar. A situação deixava os pedagogistas estupefactos, levando a pedagogia republicana, alicerçada numa educação social e política e na instrução popular, tendo como prioridades o combate ao analfabetismo, a implementação da rede escolar, a educação infantil e primária e a formação do professorado. Pretendiam os responsáveis republicanos o desenvolvimento integral da criança, segundo as suas tendências naturais e os interesses, como nos afirma Alves dos Santos (1913:189):

“(...) a criança deve ser educada, de modo a desenvolver as suas energias no sentido, não somente de se adaptar às condições naturais do meio, mas também, de resistir e de se furtar ao contágio dos vícios e dos prejuízos (sejam de que ordem forem) que afectam os agregados junto dos quais tenha de viver”.

Deste modo propunha-se uma educação activa que fosse ao encontro dos interesses (pedagogia dos interesses) e das motivações das próprias crianças, seguindo, assim os princípios da Escolanovista.

A situação da instrução levou os republicanos a criarem uma Comissão de Reforma composta por João de Barros, João de Deus Ramos entre outros, que propunha a divisão do ensino primário em três graus (infantil, médio e superior), limitando o âmbito e a função de cada um deles, transformou-se as escolas normais e de habilitação do magistério primário (Escolas Primárias Superiores de Lisboa, Porto e Coimbra), em formação de professores, introduziu os novos métodos pedagógicos e uma nova estrutura educativa e de prática pedagógica (Bábara, 1979; Candeias, 1993; Carvalho, 1986; Fernandes, 1979; Sampaio 1975-1976).

Afirmava João de Barros, citado por Romeu Magalhães (1979: 49-50) que a :

“(...) a República fez da educação e instrução duas bandeiras de batalha, e com elas se tem preocupado e ocupado a cada instante. Instruir! Educar! (...) sem educar e sem instruir as novas gerações, dentro dum critério republicano, que seja ao mesmo tempo um critério pedagógico, ninguém poderá garantir o futuro da República e da Pátria”.

Este educar e instruir constituíram o pilar do ideário educativo republicano. Insistia-se no problema da educação social, que era a instrução do povo e que viria a ser expressa no Preâmbulo da Reforma Geral (1911). Nos centros republicanos dos bairros da capital havia actividades socioeducativas e recreativas como forma de educação moral, social e cívica. As Juntas de Paróquia colaboraram nessa revolução de hábitos e costumes da população pobre e mais necessitada, assim como muitas Ligas e Associações na protecção à infância e no combate ao analfabetismo.

A Reforma de 29/03/1911 (Art.ºs 3.º, 4.º, 9.º, 10.º e 11.º), constituiu a obra de democratização do ensino, que criou duas categorias de ensino, o infantil e o primário (este integrava três graus: elementar, complementar e superior, com duração respectiva de 3, 2 e 3 anos). Além de uma série de princípios, algo vagos, consignados no capítulo III (sob o título ‘*Da Orientação do Ensino*’). O diploma estava impregnado timidamente com ideias da ‘escola nova’. O conteúdo do essencial daquele decreto mostrava a intenção republicana de fazer da escola primária uma escola de patriotas, numa escola jacobina; uma cópia da escola primária francesa, construída antes por Jules Ferry, isto é, uma escola pouco democrática, se a virmos desde os nossos dias.

O ensino infantil e o ensino primário começou a introduzir os novos conhecimentos da psicologia infantil (Claparède, Faria de Vasconcelos, Decroly, M.<sup>a</sup> Montessori, etc) por todo o país (Gomes, 1977). O ensino primário geral durava cinco anos e era obrigatório e gratuito para todas as crianças, dos 7 aos 12 anos, de ambos os sexos. Dava-se à criança os instrumentos fundamentais de todo o saber e as bases duma cultura geral, preparando-a para a vida como estava legislado (Ministério da Educação e Cultura, 1986: 26-27). Como forma de combater um dos aspectos o absentismo escolar, bastante elevado na época, construíram-se as cantinas escolares (Decreto n.º 4.847, de 23/09/1918) para garantirem a alimentação gratuita às crianças pobres e necessitados.

Por outro lado as medidas de descentralização republicanas foram irrisórias e em tudo iguais ao que existiam na Monarquia, podendo ser resumidas económica e pedagogicamente da seguinte forma: enquanto o Estado determinava os currículos (havia pequenas excepções), pagava a inspecção, e as hipotéticas construções de novas escolas e financiava as Escolas Normais; as Câmaras Municipais pagavam o resto, ou seja, as rendas de casa e habitação para os professores, a aquisição de material escolar e mobiliário de ensino, a reparação e conservação das escolas, o prémio de seguros dos edifícios, as despesas de exames de instrução primária, os ordenados dos professores, o expediente e limpeza. (alíneas do ponto 2, Art.º 52 do Cap. I, da Parte II do Decreto de 29 de Março de 1911). É claro que quando havia défice nas Câmaras, estava previsto o Estado cobrir tal défice, mas uma tenebrosa burocracia provocava o desencorajamento do ensino e, assim, o endividamento municipal com o respectivo desinteresse educativo..

Efectivamente, a legislação republicana, ou melhor dito, o conjunto de medidas educativas não funcionavam eficazmente num país pobre, com províncias ainda mais pobres. O diploma de 1911, quase nada de relevante apresentava em relação às leis promulgadas pela Monarquia Constitucional, mais bem era uma continuação. Aquela lei, em vez de aumentar, fez baixar a percentagem de crianças que frequentavam a escola primária oficial entre 1911-1919, o que é inédito na história da educação portuguesa, além de goradas muitas expectativas 'progressistas' dos seus promotores. Por muito que invocamos factores, tais como recenseamentos mal feitos, miséria e pobreza advinda da situação de crise económica do País e de outros factores sociais e culturais, as estatísticas eram implacáveis, se bem não muito consistentes nos dados.

Têve um grande mérito na difusão dos novos ideais pedagógicos da 'escola nova' a *Escola-Oficina N.º 1* (1905-1930), criada pela *Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas* e os jardins-escola João de Deus (Pimentel 'Filho', 1932: 197-199). Na verdade pelo Ministério da Instrução Pública (Lei n.º 12, de 7/07/1913) passaram alguns dos nossos melhores pedagogos em períodos convulsivos, mas não souberam implementar os ideais da escola nova. Outra acção socioeducativa fundamental no âmbito da educação social e da instrução foi dado pelas Universidades Livres (Lisboa e Porto) e pelas Universidades Populares, junto dos operários e trabalhadores, e menores dos centros fabris, das oficinas, e as cidades e aldeias, através de lições, cursos, palestras ou conferências. Merece-nos referência as escolas móveis de agricultura (Decreto de 1/06/1913), pela sua natureza pedagógica e didáctica, junto das crianças e jovens. A Liga Promulsora da Instrução (ideais da 'Escola Nova') presidida por Álvaro V. Lemos, divulgou, também a escola do trabalho ou escola-oficina (Martins, 1995 e 1998; Sérgio, 1926: 12-14).

Pela Portaria de 9 de Julho de 1917 nomeou-se uma nova Comissão para renovar o Plano de Estudos do Ensino Primário, dos quais faziam parte personagens como: Aurélio da Costa-Ferreira, Alberto Pimentel, Luís Passos e Francisco Correia, mas teve pouca efectividade na prática. Entre as medidas educativas referentes ao ensino básico propostas pelo Estado republicano, talvez se possa notar a existência de melhorias no ensino técnico e comercial, reorgani-

zado e fundado nos seus aspectos actuais durante a gestão da Regeneração, com uma melhoria notada após o término da Primeira Guerra Mundial. Enquanto no ensino liceal e técnico poucas acções inovadoras, o ensino superior sofreu evolução ao introduzir rupturas de vulto e duradouras em relação à Monarquia.

Em 1920, João de Deus Ramos, ao fazer parte de um efémero governo como Ministro da Instrução, pretendeu incluir no seu Ministério, além dos estabelecimentos de ensino, os institutos públicos de assistência, os que ministravam educação especial (Casa Pia, Asilo M<sup>ª</sup> Pia), os serviços de saúde e higiene, as misericórdias, etc., com o intuito de dar uma maior conexão a todos estes serviços de protecção à infância, advogando por um Estatuto Geral do Ensino Público (Martins, 1998).

O ensino primário superior (Reformas de 1911 e 1919) era processado em três anos, para os alunos a partir dos 12 anos, com cursos práticos especiais para o ensino agrícola, industrial, comercial e marítimo, de acordo com as necessidades regionais. Deve-se ao pedagogo Leonardo Coimbra, quando Ministro, pôr em funcionamento aquelas escolas de futuro (Preâmbulo do Dec. n.º 5.504, de 5/05/1919; Dec. n.º 5.787 - A de 10/05/1919) com funções regionais, que harmonizavam o desenvolvimento físico-moral e intelectual das crianças, indo ao encontro das suas necessidades e motivações, e actualizadas com material didáctico moderno (Art. 16 do Dec. n.º 6.137, de 29/09/1919).

Há uma tentativa republicana inovadora proposta pela Lei de Bases para a 'Reorganização da Educação Nacional' ("D.G." 2/07 de 1923) feita por João Camoesas, após um inquérito aos professores e da consulta às entidades eminentes do ambiente pedagógico. Este documento educativo (colaboração de Faria de Vasconcelos) simboliza o maior progresso educativo, apesar de ter sido inviabilizado na Assembleia pela instabilidade política da época e pelas dificuldades económicas. Nele se pretendia alargar a escolaridade obrigatória dos 6 aos 12 anos de idade (obrigatoriedade de 15 anos com a educação infantil) e defendia um tipo de escola antecessora às actuais escolas preparatórias (Bárbara, 1979: 124-129).

No Preâmbulo deste Projecto alertava-se para as relações da instituição escolar com o ambiente social onde funcionavam. De facto, a escola considerava-se isolada da sociedade, devido à natureza dos seus programas e aos métodos de ensino utilizados, estando desconexa das actividades sócio-profissionais. Pretendia-se um ensino técnico elementar gratuito e obrigatório para todos os escolares que não frequentassem educativamente o curso geral secundário, valorizando-se, assim o ensino técnico profissional para actividades úteis à sociedade (Grácio, 1973; Sampaio, 1975-1976 : 8-25 e 162 ss). Contudo, havia um desfasamento entre o que se ensinava e o que se necessitava no mercado de trabalho.

Nesse ano de 1923 promulga-se a criação, em cada escola, das caixas escolares, que recebiam as multas resultantes do não cumprimento da obrigatoriedade escolar, servindo este fundo para reparações da escola, compra de material escolar e ainda custear excursões ou passeios escolares (Decreto Lei n.º 9.223, de 6/11).

Nos finais da 1.ª República mantém-se muitas das orientações psicopedagógicas, com alguns retrocessos no ensino, como por exemplo a cessação da coeducação (implementada em 1919 e cessada pela Lei n.º 1.8880, de 8/06/1926), a redução do período de obrigatoriedade escolar a 4 classes dos 7 aos 11 anos (Decreto n.º 13.791, de 17/06/1927), etc. O grande problema insolúvel no País foi sempre o elevado analfabetismo infantil, unido à mortalidade e trabalho infantil. O Estado republicano despendeu do seu Orçamento Geral do Estado entre 1912 a 1926 uma fraca percentagem em gastos com a educação (média de 4, 2 % até 1921 e depois oscilou entre os 7% e os 9%, devido à hiperinflação que se instalou na época), comparativamente aos gastos com as Forças Armadas que subia em flecha e desproporcionado face às necessidades do País em tempo de paz, o que confirma, no que se refere ao orçamento para a educação, entre

o período final da Monarquia Constitucional e a 1.ª República que não existiram praticamente alterações de verbas.

Em relação às escolas públicas e privadas do ensino primário estavam concentradas, cerca de 52% no norte do País. O modo discreto como o Estado intervinha na educação, pode ser medida pelo número estável de escolas construídas, que em 1900 eram 65 escolas primárias em Lisboa e em 1926, 77 escolas, enquanto albergavam duas vezes mais de alunos. Podemos concluir hipoteticamente que o sector público da educação básica em Portugal cresce essencialmente graças às dificuldades devidas do sector privado, aumentando os esforços constantes, mas modestos do Estado, originando resultados contínuos, embora bastante lentos no total. Daí, admitirmos que não existiram muitas rupturas ou processos, na rotineira política educativa da última fase da Monarquia.

As famílias portuguesas punham em causa as vantagens dos filhos frequentarem a escola, por motivos sobretudo económicos. Daí haver muito analfabetismo infantil causado pela utilização das crianças e jovens na subsistência financeira da família. No interior do país, enquanto a burguesia rural dominante defendia o analfabetismo como modo de defender a estabilidade social, havia quem considerasse a escola como um meio de 'civilizar' os trabalhadores e difundir a ideologia vigente e o progresso.

Estatisticamente verificamos que as taxas de analfabetismo para o total da população maior de 6 ou 7 anos de idade, segundo os censos das respectivas épocas foram sempre bastante elevados. Admitimos que as causas desse flagelo radicavam na inadequação das políticas educativas e sociais, do próprio Estado desinteressado ou sem meios financeiros para escolarizar, no atraso económico e industrial do País, nas crises económicas, na homogeneidade das raízes culturais, na pobreza generalizada, etc. A educação nunca foi um sector prioritário, ou mesmo importante na política global do país (Ramos, 1988: 169-1091).

Por outro lado, no primeiro quarto do século XX, dá-se uma proliferação das associações de classe operária, acompanhada com um discurso teorizante e de práticas pedagógicas (escolas sindicais), como por exemplo, a abertura de 'aulas de primeiras letras' anexas àquelas associações.

As iniciativas operárias com escolas começam intensamente a partir de 1916 (antes ligadas às instituições republicanas) até 1924, terminando com a criação da Universidade Nacional de Instrução e Educação (entre 1924-1927), empenhada no esforço de autonomização financeira e pedagógica das suas escolas, materializada por muitas iniciativas educativas, coincidindo com o apogeu do movimento sindicalista. As concepções pedagógicas dominantes na época, iam desde o 'racionalismo socioeducativo' característico dessas escolas sindicais, à definição de um modelo educativo libertário. Essas concepções eram ilustrativas de uma 'cultura de classe', apesar de estarem, como é natural, infiltradas por um dos aspectos mais limitativos: o natural sectarismo de quem se encontra envolvido numa luta social constante. Neste aspecto devemos, também, salientar a Escola Oficina n.º 1, que tinha a intenção de fundar uma escola de 'artesões' inserida no espaço económico do pequeno capitalismo urbano lisboeta e no espaço político republicano.

Finalmente, nos começos da República surge uma concepção politizada da educação, com a intenção de construir um 'cidadão' responsável, mas fiel à 'ideia' de uma República democrata, a que se juntam as influências, ainda que mediatizadas, das correntes da Educação Nova na sua versão positivista, que irão ser responsáveis pela criação de um espaço pedagógico, que em alguns casos confluía para concepções e para práticas pedagógicas mais 'avançadas', e que não foram vistas com bons olhos pelo poder republicano.

### 3. A criança na literatura infantil

Outro elemento importante na imagem e representação de criança nestes finais do séc. XIX é o da literatura infantil e cultura juvenil.

Os governos monárquicos tiveram alguma preocupação pelas questões culturais do País. Os estudos e as discussões sobre o ensino, a pedagogia e a cultura interessavam pouco ao grande público, a não ser a maioria da elite, devido às taxas elevadas de analfabetismo. A educação popular e as novas metodologias da aprendizagem da leitura e escrita de João de Deus, pelo método '*Cartilha Maternal*' intentaram reagir em 1876 contra a tradição memorística. O seu filho João de Deus Ramos continuou essa obra em prol de uma reforma pedagógica infantil, criando os jardins-escola (escolas móveis experimentais infantis), onde se aplicaram os princípios pedagógicos modernos (Fröebel, Montessori, Decroly,...), assentes no conceito de desenvolvimento integral da criança. Contudo, o número de escolas, nunca se multiplicou por falta de verbas oficiais, sendo um impedimento para muitas crianças o de saberem ler e escrever na idade devida.

Sabemos que a estrutura política e social da época implicava os conteúdos dos livros para a infância. Desta forma, verificamos numa abordagem qualitativa aos conteúdos dos livros infantis (análise aos prefácios, aos textos científicos e aos textos reprodutores de valores), desde meados do século XIX, que as temáticas da maior percentagem eram a de 'aventuras', de 'formação didáctica', 'lúdica' e recreativa.

Chegados à 1ª República, esta modernizou e democratizou o País, combateu o analfabetismo, considerou a educação o elemento prioritário para a transformação da realidade social, e por isso deu-se uma maior afluência de obras de literatura infantil. Este fomento cultural já se tinha intensificado nos últimos tempos da Monarquia, no âmbito do ensino livre e na difusão da cultura pelo povo. A maior parte dessa divulgação deveu-se às iniciativas de associações culturais e dos editores que se dedicaram à tarefa de espalhar a cultura mediante a publicação de livros baratos, de obras de autores portugueses e estrangeiros. Destaca-se neste papel difusor a associação literária '*Renascença Portuguesa*' (1912) (Rodrigues, 1977: 340-386) e o movimento literário em geral (ensaístas, jornalistas e escritores), com uma forte tendência nacionalista, realista cosmopolita, sensualismo, etc. Nas primeiras décadas do séc. XX teve um papel de relevo na difusão da educação popular, as bibliotecas públicas apetrechadas com as salas de leitura infantil.

Por volta de 1915 iniciaram-se as correntes modernistas com uma série de jornais e revistas, de efémera duração, que intentaram uma revolução cultural que alterasse os alicerces da sociedade burguesa (Marques, 1980: 93-95). A imprensa teve uma grande proliferação com diversos assuntos socioeducativos e políticos muito actualizados, apesar de ter passado por períodos de livre expressão (finais da Monarquia e na 1ª República). Além das bibliotecas, marcaram uma influência na educação infantil os espectáculos culturais e os grupos desportivos e recreativos.

A literatura pedagógica infantil divulgou-se por livros, revistas e jornais que constituem, em termos históricos, um autêntico tratado de educação nacional. Várias mulheres pedagogas tiveram um papel de destaque nessa literatura infantil e juvenil, graças à sua constante devoção e dedicação, comparáveis às suas congéneres da época (M<sup>a</sup> Necker, M.e Sausurre, M.e Guizot, ...), indo desde os contos, aos conteúdos de prática de puericultura (Branca Rubina), de profilaxia social, constituindo uma avalanche de ideias socioeducativas difusoras da moral e dos valores necessários à formação das crianças portuguesas, como por exemplo os contos famosos de

Alice Pestana ('*Caíel*') na obra "*Às mães e às filhas*" (1888), Virginia de Castro e Almeida, Carolina Michaelis de Vasconcelos e Irene Lisboa.

Na Escola da Tapada da Ajuda entre 1920 a 1938, Irene do Céu Vieira Lisboa e Ilda Moreira expressavam a riqueza pedagógica da educação infantil, introduzindo uma metodologia de aprendizagem e um ensino motivador para as crianças (pré-primária e primária) baseado na literatura infantil no jogo e na dramatização (Pinheiro, 1992: 8).

Confrontando o Dicionário Bibliográfico Inocêncio e Marques Júnior (1928: 47-107) entre os escritores que escreveram livros para crianças até ao Estado Novo, destacamos por maior frequência de publicações e traduções a seguinte listagem :

Alice Pestana '*Caíel*', Emília de Sousa Costa, M<sup>a</sup> Amália Vaz Carvalho, Ana de Castro Osório, Augusto de Santa-Rita, Marques Júnior, António Sérgio, Pinheiro Chagas, Luís Filipe Leite, Gomes Leal, Gonçalves Crespo, Henriques Lopes de Mendonça, Delfim de Guimarães, Henrique O' Neill, M<sup>a</sup> Rita Cadet, Guerra Junqueiro, Adolfo Coelho, João de Deus, Oliveira Cabral, Padre José Carlos Vieira, A. Lopes Vieira, Adolfo Lima, M<sup>a</sup> Pinto Figueirinhas, João Félix Pereira, D. António da Costa, Antero de Quental, José Inácio Roquette, Fontana da Silveira, Quintino Travassos Lopes, Domitília de Carvalho, M<sup>a</sup> Veléda, Olga Sarmiento, Ilda da Ascensão Moreira, Aurea Judite Amaral, etc.

Por conseguinte as bibliotecas infantis, iniciadas no século passado, tiveram um papel importantíssimo na divulgação dessas obras de literatura infantil, de contos e colecções de leituras para a infância e adolescência, de autores portugueses ou de traduções de obras estrangeiras, apesar da percentagem de leituras ser baixo e reservado a uma minoria. Houve, na verdade, muita difusão de bibliotecas infantis e colecções literárias, destinadas à infância e juventude, desde os finais da Monarquia até finais da 1.<sup>a</sup> República (Quadro n.º 1).

Em termos empíricos, fizemos uma análise sistémica de conjunto, às principais publicações da imprensa escrita relativamente à protecção, à assistência sócio-educativa, à prevenção e à reeducação das crianças normais e inadaptadas e delinquentes, ao longo do período de 1870 até ao Estado Novo, relacionada com a nossa investigação. Estabelecemos metodologicamente como critério taxonómico de identificação dessas temáticas, três categorias, segundo a natureza das publicações, tendo resultado as seguintes modalidades (Martins, 1995, 2 Vol. ; Nóvoa, 1993):

1<sup>a</sup>.-modalidade de assistência e integração sócio-educativa da criança: aspectos de assistência e higiene social, assistência materno-infantil, mortalidade infantil, a educação higiénico-sanitária e habitacional, higiene escolar, puericultura, pediatria e eugenia;

2<sup>a</sup>.-modalidade da protecção jurídico-social: aspectos da delinquência infantil e juvenil, criminalidade infantil e juvenil, ensino nos estabelecimentos prisionais, assistência e protecção jurídica à infância, a pedagogia da reeducação e dos inadaptados, educação social, tribunais de menores e estabelecimentos especiais de reeducação, os internados especiais, a pedotecnia, a antropometria, etc.;

3<sup>a</sup>.-modalidade pedagógica (educação formal e informal): a literatura infantil e juvenil, a educação no desenvolvimento da criança e do jovem, as problemáticas do ensino e da educação, jardins de infância, as creches, a pedologia, a psicologia do desenvolvimento das crianças, as actividades lúdicas e recreativas, etc.

Dessa análise global efectuada às temáticas da protecção e prevenção da criança portuguesa, entre 1911-1926 (1.ª República), contabilizamos 96 periódicos, cujos conteúdos integravam áreas como: higiene social e escolar, assistência social e higiénico-sanitária (pedagogia da saúde), mortalidade infantil, literatura e educação infantil (1.ª infância e juventude), problemáticas de pedagogia social das crianças marginalizadas e inadaptadas, pedologia, puericultura ou de assistência materno-infantil (Martins, 1995: 335 e Apêndice IX-A).

Neste período as revistas e os jornais infantis que se publicaram no País na divulgação das temáticas referidas à criança vêm mencionadas no Quadro n.º 2.

### Considerações Finais

Nesta abordagem histórico-educativa a educação e literatura infantil nas primeiras décadas do séc. XX, pretendemos dar uma versão generalizadora da educação popular e o impacto nas representações histórico-gráficas sobre a criança portuguesa. Durante a 1.ª República o ensino (instrução primária ou elementar) continuou com alguns progressos desde os finais da Monarquia. Houve reformas educativas sobre a educação infantil e primária que tiveram como objectivo a obrigatoriedade escolar e a implementação de ideais republicanos de democracia, civismo e cooperação. Em termos de síntese a situação do ensino entre 1910 a 1926 pode caracterizar-se por (Martins, 1995 e 1998):

- 1) um escasso orçamento geral do estado dedicado à educação;
- 2) um défice no número de escolas em relação ao número de alunos em idade escolar;
- 3) um elevado índice de analfabetismo (incluindo o infantil), o que mereceu uma preocupação especial e medidas de alfabetização pelas 'escolas móveis', pelos 'jardins-infantis de João de Deus, campanhas e programas das Juntas Paroquiais e dos municípios;
- 4) uma falta de professores ou mestres-escolas (daí aparecer a figura dos 'regentes' sem habilitação das Escolas Normais) unida a uma deficiente formação e uma penúria económica de salário;
- 5) incapacidade das Câmaras neste sistema educativo descentralizado republicano ao encarregarem-se de custear as despesas sobre a educação, preservação das escolas e pagamento dos salários dos professores, que sem meios financeiros dificultava a gestão municipal, pois os apoios do Governo requeriam certas burocracias;
- 6) falta de material escolar e didáctico e situação de aulas inadequadas, excepto o ensino privado (colégios no norte) e nos centros urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra;
- 7) lenta adaptação às modernas metodologias e técnicas da chamada 'Escola Nova';
- 8) proliferação das escolas sindicalistas ou operárias colmatando muitas das deficiências do ensino da época, e coincidindo com o auge do movimento sindicalista;
- 9) alguns contributos isolados de grande mérito como a Escola Oficina N.º 1, as Universidades Livres e as Universidades Populares, além de outros estabelecimentos públicos e privados (asilos, creches, escolas profissionais, recolhimentos, Casa Pia de Lisboa, Escolas de Reforma, etc.), etc.
- 10) um crescimento do número de periódicos neste período histórico. A imprensa abordou nas suas páginas muitas problemáticas relacionadas com a infância e a juventude, publicando simultaneamente muitas obras de literatura infantil, escritas por algumas das nossas mais prestigiosas pedagogas.

Por último, não deixamos de destacar o empenho das associações ou sociedades pedagógicas de professores, de filantropos, da pedologia e pedotecnia de ilustres pedagogos (Aurélio da Costa-Ferreira, Adolfo Coelho, Alves dos Santos, Faria de Vasconcelos, A. Sérgio, Victor Fontes, Irene Lisboa, Ana de Castro Osório, etc.), da imprensa pedagógica infantil, movimentos literários, bibliotecas e museus, do Instituto de Orientação Profissional (orientação pessoal, escolar e profissional das crianças), dos Institutos Médico-Pedagógicos, etc. A pedagogia portuguesa foi uma das maiores riquezas pedagógicas na República contribuindo para a história natural da criança portuguesa, apresentando-se numa vertente antropológica, pedagógica e psicológica (funcionalismo) (Martins, 1998).

### Bibliografia Recomendada

- ALBUQUERQUE, LUÍS (1960). *Notas para a História do Ensino em Portugal*. Coimbra: Textos Vértice /Edição do Autor
- ALVES dos SANTOS, A.J. (1910). *A nossa escola primária*. Porto: Companhia Portuguesa Ed.
- ALVES dos SANTOS, A.J. (1913). *O ensino primário em Portugal*. Porto: Companhia Portuguesa Ed.
- BÁRBARA, A. MADEIRA (1978). *Subsídios para o estudo da educação em Portugal, da Reforma Pombalina à 1.ª República*. Lisboa: Assírio & Alvim
- BARROS, JOÃO DE (1908). *A escola e o futuro*. Porto : Lopes & Sucessor Ed.
- BARROS, JOÃO DE (1914). 'A criança'. *A Tutoria*, n.º 6 (Março), pp. 87-90
- BESSA, J. DOS SANTOS (1955). 'A criança centro de atenções'. *Estudos*, n.º 338/9, Fasc. VI/VII, pp. 354-375
- CANDEIAS, ANTÓNIO (1993). *Educar de outra forma. A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa 1905-1930*. (Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- CARREIRA, H. MEDINA (1996). *As políticas sociais em Portugal*, (2.ª ed.). Lisboa: Gradiva
- CARVALHO, RÓMULO DE (1986). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- COELHO, F. ADOLPHO (1883). *Elementos tradicionais da educação*. Porto : Liv. Universal
- COSTA, D. ANTÓNIO DA (1870). *A Instrução Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional
- COSTA, D. ANTÓNIO DA (1935). *História da Instrução Popular em Portugal*. (2.ª ed.). Porto: Editora Educação Nacional/ A. Figueirinhas
- FERNANDES, ROGÉRIO (1978). *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura
- FERNANDES, ROGÉRIO (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Cultura
- FERNANDES, ROGÉRIO (1994). *Os caminhos do ABC – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora
- GARRETT, VISCONDE ALMEIDA (1984). *Escritos Diversos: Da Educação*. Lisboa: Círculo de Leitores
- GIRÃO, CARLOS (1960). *História da República. Edição Comemorativa do 50.º Aniversário da Implantação da República*. Lisboa: Editorial 'O Século'
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA (1977). *A educação infantil em Portugal*. Coimbra: Almedina
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA (1980). *Estudos para a História da Educação no Séc. XIX*. Coimbra: Almedina

- GRÁCIO, RUI (1973). *Educação e educadores*. Lisboa: Livros Horizonte
- GRÁCIO, RUI (1981). *Educação e processo democrático em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte
- MACHADO, F. AUGUSTO (1993). *Almeida Garrett e a instrução do pensamento educacionbal de Rousseau em Portugal*. Rio Tinto: Ed. ASA
- MAGALHÃES, J. ROMEU (1979). *A pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*. (4.ª ed.). Lisboa: Terra Livre
- MALHEIRO, A. (1923). *A propósito da reforma de ensino*. Porto: Of. 'O Comércio do Porto'
- MARQUES, A.M. de OLIVEIRA (1980). *A primeira República Portuguesa, alguns aspectos estruturais*. (3.ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte
- MARQUESA de POMARES (1906). *Os pobres e os ricos. Crianças e adolescentes*. Coimbra: Typ. França Amado
- MARTINS, ERNESTO C. (1995). *A problemática sócio-educativa da protecção e da reeducação dos menores delinquentes e inadaptados entre 1871-1962*. Vol. 1 e 2 (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Educação na Faculdade de Ciências Humanas da UCP). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade e Ciências Humanas
- MARTINS, ERNESTO C. (1998). *Teoria e prática da protecção e da reeducação. Os menores delinquentes e inadaptados em Portugal (1.ª República)*. (Memória de Investigação de doutoramento na Facultat d' Educació da UIB). Palma de Mallorca: UIB - Univ. de les Illes Balears / Facultat d' Educació
- MÓNICA, M.ª FILOMENA (1982). *A formação da classe operária portuguesa. Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- NÓVOA, ANTÓNIO M.S.S. da (dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino, Repertório analítico (Séc. XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- PEDROSA, CONSIGLIERI (1910). *A obra da Liga Nacional de Instrução (Discurso de Abertura e Encerramento do 2.º Congresso Pedagógico)*. Lisboa: Imprensa Nacional
- PEREIRA, A. JUSTINO (1939). *Elucidário Escolar*. Porto: Editora Ed. Nacional
- PEREIRA, JÚLIO S. da ROCHA (1924). *Noções sumárias de História da Instrução Popular em Portugal*. Porto: Ed. Liv. Nacional e Estrangeira / Liv. Imprensa Civilização
- PIMENTEL 'Filho', ALBERTO (1932). *Lições de Pedagogia Geral e de História da Educação*. Vol. I. Lisboa: Guimarães Editora
- RAMOS, JOÃO de DEUS (1915). *A reforma do ensino Normal*. Lisboa: Liv. Ferreira L.ª Editores
- RODRIGUES, EDGAR (1977). *Breve História do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim
- SAMPAIO, JOSÉ SALVADO (1969). 'Escolas móveis, contribuição monográfica'. *Boletim Bibliográfico e Informativo*, 9, pp. 9-28
- SAMPAIO, JOSÉ SALVADO (1975-1976). *O ensino Primário em Portugal (1911-1969). Contribuição Monográfica, Vol I : 1.º Período 1911 a 1926*. Lisboa: CIP /Instituto Gulbenkian de Ciência
- SANTOS, DELFIM (1959). *A criança e a escola*. Lisboa: Editora Império
- SÉRGIO, ANTÓNIO (1926). 'Liga Propulsora da Instrução'. *Educação Social*, n.º 1 (49-50) (Janeiro), pp. 12-14
- SÉRGIO, ANTÓNIO (s/d). *Sobre a educação primária e infantil*. Lisboa: Inquérito

## Anexos

Quadro n.º 1 : Descrição das Bibliotecas e colecções de obras infantis até 1926 (Martins, 1995)

BIBLIOTECAS	ANOS (Período)	TIPO DE COLECÇÕES (Editores)
Biblioteca de Educação e Ensino	1873 a 1883	Colecção de contos infantis de David Corazzi (ed.).
Biblioteca Ilustrada de Instrução e Recreio	1873 – 1883	Colecção de contos infantis de David Corazzi (ed.).
Biblioteca Rosa Ilustrada	1872 – 1922	Colecção de contos infantis editados por Condessa de Ségur, Louise Colet, etc.
Biblioteca de Educação Popular	Desde 1822 – 1823	Colecção de contos e jogos infantis organizado por Francisco Adolfo Coelho
Biblioteca Azul	1895 – 1903	Colecção de contos infantis sem designação do editor.
Biblioteca das Crianças (Lisboa)	1898 – 1910	Colecção de contos para crianças No total de 15 volumes, organizados por Marques Júnior
Biblioteca das Crianças (Porto)	1901-1914	Colecção de contos para crianças No total de 23 volumes,
Biblioteca para 'Os Meus Filhos' (Lisboa)	1907 – 1913	Colecção de contos e literatura Infantil para os pais e educadores.
Biblioteca de Infância (Lisboa)	1909-1925	Colecção ilustrada de leituras educativas sob a direcção literária de Victor Ribeiro da Academia Real de Ciências
Biblioteca "Pim-Pam-Pum"	1926-1927	Contos infantis do poeta Augusto de Santa Rita com 4 volumes.
Biblioteca Histórias e Historietas	1924-1925	Colecção de contos para crianças com três séries, para crianças até 7 anos, dos 7 aos 9 anos e, dos 10 em diante;
Biblioteca Maravilha	1926	Colecção de contos para crianças de Francisco Franco com adaptação das obras sob a direcção de Henrique Marques Júnior;
Biblioteca Infantil (Lisboa)	1918-1921	Colecção de contos infantis de Emilia Sousa Costa num total de 5 Volumes
Biblioteca Ideal da "Casa Garrett"	1921 – 1922	Colecção de contos e literatura Infantil organizado por Lourenço Melo, num total de 3 volumes
Biblioteca Branca (Lisboa)	1922-1926	Colecção de contos infantis editados Por Mª Paula de Azevedo, num total De 3 volumes
Biblioteca Infantil (Lisboa)	1912-1915	Colecção de contos para crianças Dirigida por Henriques Marques Júnior, Publicando 23 contos em 6 volumes
Biblioteca para a Infância (Lisboa)	1913 – 1924	Colecção de contos para crianças da escritora A. Mª O'Neill e Mª Pereira publicada em 16 vol.s
Colecção Infantil (Porto)	1912	Contos para as crianças da autoria de Maria Pinto Figueirinhas.
Colecção Infantil (Lisboa)	1912 – 1914	Colecção de contos para crianças.
Colecção "Para as Crianças" (Lisboa)	1897 – 1924	Colecção de contos para crianças iniciada por Ana de Castro Osório numa 1ª série com 16 Volumes com histórias, contos tradicionais portugueses, etc.; e a 2ª Série foi publicada em 1921

Quadro n.º 2: Síntese das revistas e/ou periódicos infantis e juvenis existentes na 1.ª República

Título da Revista / Jornal	Lugar / Cidade
'ABC - Zinho'	Lisboa
'Atlântida'	Lisboa
'A Cigarra' - Jornal para crianças	Lisboa
'A Infância'	Castelo Branco
'A Infância - pirilampo'	Elvas
'A Luz'	Coimbra
'A Madrugada'	Lisboa
'A Mulher Portuguesa'	Lisboa
'A Tutoria'	Lisboa
'Boletim da Inspeção-Geral de Sanidade Escolar' (Ministério da Instrução Pública)	Lisboa
'Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas'	Lisboa
'Boletim Pedagógico'	Lisboa
'Boletim da Liga de Instrução'	Viana do Castelo
'Brotéria'	São Piel - C. Branco/ Lisboa
'Ecos do Ensino'	S. João de Areias
'Educação' (precede o 'Boletim da Escola Oficial n.º 1')	Lisboa
'Educação Feminina'	Lisboa
'Educação Nacional'	Porto
'Escola Nova' da Associação de Professores de Portugal	Coimbra
'Educação Popular'	Lisboa
'Educação Social'	Lisboa
'Escola Transmontana'	Alfândega da Fé
'Florinhas da Neve'	Vila Real
'Florinhas da Rua'	Lisboa
'Higiene Popular'	Lisboa
'Instrução e o Povo'	Coimbra
'Notícias Miudinho'	Lisboa
'Novidades dos Pequeninos'	Lisboa
'O Amigo da Verdade e da Infância'	Lisboa
'O Arauto Escolar'	Aveiro
'O Bêbé'	Lisboa
'O Defensor' - Órgão do Sindicato dos Professores Primários	Arcos de Valdevez
'O Hermínio'	Gouveia
'O Instituto'	Coimbra
'Instrução e o Povo'	Coimbra
'O Magistério'	Porto
'O Normalista'	Guarda
'O Pintainho'	Lisboa
'O Pirilampo'	Lisboa
'Os Sportsinhos' - Jornal	Lisboa
'Pim-Pam-Pum'	Lisboa
'Raio de Sol'	Lisboa
'Revista de Assistência'	Lisboa
'Revista Infantil'	Lisboa
'Riso Infantil'	Lisboa